

O efeito do ano eleitoral sobre os gastos públicos dos municípios do Paraná

The effect of the election year on public expenditure in the municipalities of Paraná

DOI:10.34117/bjdv8n5-159

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Joel Pereira Munhoz Junior

Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Instituição: Centro Universitário UniFael

Endereço: Av. Sete de Setembro, 2775, Rebouças, Curitiba, Paraná

E-mail: joelmunhozjunior@gmail.com

Luciano Luiz Dalazen

Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Instituição: PUCPR

Endereço: R. Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, Curitiba-PR, CEP: 80215-901

E-mail: ldalazen@yahoo.com.br

Luciana Santos Costa Vieira da Silva

Pós-Doutoranda na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Bolsista da FAPESQ-PB

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Endereço: Lot. Cidade Universitária, João Pessoa-PB, CEP: 58051-900

E-mail: luvcosta10@gmail.com

Robson de Faria Silva

Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Instituição: Centro de Ensino Superior CESUL

Endereço: Av. Antonio de Paiva Cantelmo, 1222 - Industrial, Francisco Beltrão - PR

CEP: 85601-270

E-mail: faria762@hotmail.com

Bruno Nogueira Silva

Mestrando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Endereço: Rua Francisco Mota Bairro, 572 - Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN

CEP: 59625-900

E-mail: b.nogueira.silva@gmail.com

Fabiola Kaczam

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Bolsista DS/CAPES

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Av. Roraima, n° 1000, Programa de Pós-Graduação em Administração,
Prédio 74C, 2° andar, Sala 4209. Camobi, 97105900 - Santa Maria, RS

E-mail: kaczamf@gmail.com

RESUMO

Temos hoje, várias formas para acompanhar os gastos públicos, para então definirmos nossas preferências por um ou outro candidato ao pleito. Nessa corrida dos candidatos para conseguir os votos, alguns se utilizam de manobras políticas, econômicas e fiscais em períodos que mais lhe parecem oportunos, fazendo jus à Teoria dos Ciclos Políticos, amplamente discutida por autores como Drazen (2000), Kalecki (1943) e Nordhaus (1975). O objetivo deste trabalho é verificar o efeito do ano eleitoral nos gastos públicos nos municípios do Paraná no período compreendido entre 2017 e 2019. Para isso buscou-se evidências nas despesas com Pessoal e Investimento, em contrapartida aos anos Pré-eleitoral (2017), Eleitoral (2018), Pós-eleitoral (2019), verificando se os políticos não estão unicamente preocupados com o bem-estar social, mas sim atentos a mostrar uma competência na gestão pública para que possa ter êxito junto aos eleitores diante das eleições. Utilizamos a técnica de análise de regressão dinâmica, na qual foi testada a hipótese de que os ciclos eleitorais não exerciam influência nas variáveis despesas com pessoal e investimentos dos municípios paranaenses. As despesas analisadas mostraram diferenças estatisticamente significativas frente aos anos que compõem os Ciclos Políticos mostrando que as despesas com pessoal tendem a diminuir quando se aproximam as eleições e a despesa com investimento tende a aumentar, dando a sensação de competência à gestão em vigor.

Palavras-chave: ciclos políticos, gastos públicos, período eleitoral, regressão dinâmica.

ABSTRACT

Today, we have several ways to monitor public spending, so that we can define our preferences for one or another candidate for the election. In this race of candidates to get the votes, some use political, economic and fiscal maneuvers in periods that seem most opportune, living up to the Theory of Political Cycles, widely discussed by authors such as Drazen (2000), Kalecki (1943) e Nordhaus (1975). The objective of this work is to verify the effect of the electoral year on public spending in the municipalities of Paraná in the period between 2017 and 2019. For this, evidence was sought in Personnel and Investment expenses, in contrast to the Pre-election (2017), Electoral (2018), Post-electoral (2019) years, verifying that politicians are not solely concerned with social well-being, but attentive to showing competence in public management so that it can be successful with voters in the face of elections. We used the dynamic regression analysis technique, in which the hypothesis that the electoral cycles did not influence the variables of personnel expenses and investments of the municipalities of Paraná was tested. The expenses analyzed showed statistically significant differences compared to the years that make up the Political Cycles, showing that personnel expenses tend to decrease when elections approach and investment expenses tend to increase, giving a feeling of competence to the management in force.

Keywords: political cycles, public spending, election period, dynamic regression.

1 INTRODUÇÃO

A teoria dos ciclos político-econômicos trata das consequências do comportamento dos agentes políticos sobre as atividades econômicas, as quais podem ser justificadas pelo possível receio que os políticos tenham de perder o poder. Esse receio pode incentivar a manipulação da política econômica, na tentativa de obtenção de mais votos, aumentando suas chances de vitória nas urnas (GUERRA; PAIXÃO; LEITE FILHO, 2018).

Os incentivos privados descrevem a forma como os políticos lidam com a estrutura do governo e as decisões que tomam durante a administração para maximizar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos que constroem uma boa reputação entre os eleitores (BURNETT; KOGAN, 2017). Quando esses incentivos não existem, eles são mais propensos a ignorar problemas fiscais, envolver-se em escândalos de corrupção ou violar privilégios orçamentários (HOPLAND, 2014; KLEIN, 2010; KLEIN; SAKURAI, 2015). Nesse contexto, o ciclo político pode servir como ferramenta para observar a atuação desses estímulos e sinais (NAKAGUMA; BENDER, 2010).

No Brasil, os ciclos políticos, ou seja, as eleições, acontecem em períodos predefinidos, ou seja, de quatro em quatro anos, geralmente no mês de outubro do ano eleitoral, bem como o calendário de execução fiscal coincide com o ano civil, situação que favorece os ciclos oportunistas, em que o gestor toma decisões que permitem a maximização da popularidade de suas políticas públicas e, em consequência, aumenta suas chances de reeleição ou eleição de um aliado político (SAKURAI, 2009).

Santos, Wakim e Fernandes (2021) afirmam que os ciclos políticos constituem elementos relevantes a serem observados nos orçamentos públicos, tanto em âmbito nacional quanto local, sendo a literatura dos ciclos político-orçamentários conclusiva ao assegurar que, quanto maiores forem os recursos empregados em períodos pré-eleitorais, maior será a possibilidade de reeleição do agente político.

A hipótese de que os ciclos políticos têm influência na forma como se comportam os gastos públicos é um dos temas da economia contemporânea. São muitos os estudos a respeito dos ciclos políticos e da forma como os políticos fazem da política um modo para ganhar a simpatia dos eleitores, influenciando as decisões do governo sobre a economia e, por consequência, no dia a dia da sociedade (BURNETT; KOGAN, 2017; DI PIETRO, 2017; DIAS, 2017).

Dado que os incentivos políticos podem afetar o desenvolvimento dos governos, supõe-se que a eficiência do uso dos gastos depende de pelo menos três fatores (período

eleitoral, mudança de liderança e ano eleitoral). Espera-se que no primeiro pleito, o gestor busque desenvolver melhores ferramentas, incentivando a reeleição, e esses sinais aumentarão em ano eleitoral. Por outro lado, espera-se que as mudanças na gestão impactem negativamente os níveis de eficiência, refletindo mudanças nos métodos de trabalho e nos funcionários (AKHTARI; MOREIRA; TRUCCO, 2018).

Nesse contexto, a pergunta de pesquisa a ser respondida pode ser denotada como: *Qual o efeito do ano eleitoral nos gastos públicos dos municípios do Paraná no período de 2017 a 2019?*

Considerados os pioneiros na tentativa de buscar modelos formais que explicassem os impactos dos fatores políticos na economia Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957) buscaram explicar o Ciclo Oportunista. Na sequência na década de 70 intensificou essas discussões, com os chamados ciclos político-econômicos tradicionais oportunistas representado por Nordhaus (1975) e Lindbeck (1976), e os ciclos ideológicos (ou partidários) representados por (FREY; LAU, 1968; HIBBS, 1977).

Entende-se que os agentes políticos atuam sabendo que os agentes eleitorais são (i) irracionais, ao considerar que suas expectativas podem ser influenciadas; ou, (ii) racionais que tomam as suas decisões a partir da análise de informações distorcidas ou defasadas. No entanto, apesar do político em exercício ter um grande espaço de manobra, promover a redução dos incentivos à distorção nos indicadores é fundamental, pois será o próprio político que irá usufruir se reeleito, ou seu sucessor (do mesmo partido) dos efeitos nocivos que foram utilizados. Deve-se levar em conta também os reflexos negativos de uma política expansionista para o próximo governo como a inflação e o desemprego.

Para Nakaguma (2010), a questão é determinar qual das duas forças opostas prevalece: (i) o oportunismo eleitoral, que estimula o governo a adotar políticas expansionistas para aumentar as chances de reeleição, ou (ii) o exercício do controle político dos eleitores, que limita a discricção e mero uso 'eleitoral' de ferramentas políticas. O modelo de ciclo eleitoral oportunista enfatiza a primeira tendência, enquanto o modelo de controle eleitoral enfatiza a segunda.

O governo possui um papel de estabilizador da atividade econômica, mas quando usa a política para fins eleitorais, acaba deixando de lado essa importante função, buscando benefícios próprios como a permanência no poder ou a eleição de um político de seu partido. Essas políticas de manipulação econômica devem ser vistas com mais cuidado pelos políticos, pois devem considerar os pontos negativos que a manipulação

pode trazer para o futuro de suas próprias políticas, como inflação, deflação, desemprego, entre outros (GIONEDIS; GUIMARÃES, 2016).

Diante dessa discussão, o objetivo do trabalho é verificar a relação entre os gastos públicos, e os ciclos políticos na administração dos municípios do Paraná no período de 2017 a 2019, dado que vários estudos Burnett e Kogan (2017); Hopland (2014); Klein, (2010) e Klein e Sakurai (2015) apontam para a existência de influência do ciclo eleitoral na aplicação de recursos públicos com aumento de gastos em anos eleitorais e retração em anos pós-eleitorais.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, que podem ser sumarizadas da seguinte forma: a primeira seção traz a parte introdutória, a segunda o referencial teórico empírico que fala dos ciclos políticos e o que é cada despesa estudada; a terceira trata dos procedimentos metodológicos; a quarta a apresentação e análise dos dados e a quinta as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Ciclo político de negócios refere-se a flutuação da atividade econômica que resulta de uma intervenção externa de atores políticos. Essa terminologia “ciclo econômico político” é usada principalmente para descrever a estimulação da economia imediatamente antes de uma eleição, a fim de melhorar as perspectivas de reeleição do governo em exercício, tal como apregoam (ABRAMS; IOSSIFOV, 2006).

Por ciclos orçamentários políticos, pode-se compreender como os orçamentos consecutivos que se repetem e são sustentados a cada novo ciclo. Tal processo é considerado como um instrumento político que visa definir parâmetros para a arrecadação de impostos, impor limites para o gasto público e determinar responsabilidades políticas (CRISPIM *et al.*, 2021).

Nesse contexto, foram desenvolvidos sistemas de controle passíveis de aplicação por órgãos de fiscalização e gestores públicos. Entretanto, tais controles se restringem aos aspectos da legalidade, não contemplando os aspectos do oportunismo, clientelismo e amizade que permeiam as relações políticas (MITSOPOULOS; PELAGIDIS, 2009; VASCONCELOS; FERREIRA JÚNIOR; NOGUEIRA JUNIOR, 2013).

Assim, a literatura que trata dos ciclos políticos orçamentários pode ser agrupada em função da abordagem tradicional (clássica) e partidárias que, por sua vez, possuem características oportunistas ou racionais, tal como pode ser relatado subsequentemente.

2.1 MODELO OPORTUNISTA TRADICIONAL

Nas visões de Downs (1957) e Corvalan; Cox e Osorio (2018) a perspectiva dos ciclos políticos foi desenvolvida com base na noção de que os governos democráticos – representados, em última instância, pelo partido que se encontra no poder – agem racionalmente, de forma a maximizar seu desempenho político-eleitoral. Segundo tais autores, os partidos políticos em uma democracia comportam-se de maneira análoga ao empresário maximizador de lucros. Antes de ter em mente qualquer outro objetivo, as políticas formuladas pelos partidos visam as metas de maximizar votos e permanecer no poder, sem levar em contas os efeitos de tais políticas sobre a atividade econômica, exceto, talvez, quando a atividade econômica influencia na escolha dos eleitores.

Neste contexto, tem-se o *Modelo Oportunista*, onde Downs (1957) explica que existe um sistema democrático, onde coexistem: partidos governistas, partidos de oposição e eleitores. De acordo com abordagem desse mesmo autor, o objetivo político dos partidos é a eleição, de modo que buscam maximizar os votos, e amplie as chances de vitória no processo eleitoral. O autor supracitado ainda sugere que “o partido que dirige o governo manipula suas políticas e ações da maneira que ele acredita que isso lhe trará mais votos, sem violar os preceitos constitucionais”.

Nesta mesma direção, Nordhaus (1975) desenvolve um modelo de comportamento oportunista dos governantes, em que o principal objetivo dos partidos que governam é se manter no poder. Em seu trabalho, faz uma análise das variáveis macroeconômicas (desemprego e inflação) em nove países, onde demonstra um comportamento político de controle e manejo destas variáveis em períodos eleitorais. Conforme explicitam Silva e Freire (2021), os políticos possuem estímulos para distorcer a política fiscal em períodos pré-eleitorais, visando tornar mais provável sua permanência ou sucessão de seus aliados no poder.

Numa perspectiva distinta, Tufte (1978-) analisa os instrumentos que poderiam ser utilizados pelo governo para promover o aquecimento pré-eleitoral da atividade econômica, onde direciona mais seu enfoque para a possibilidade de utilização da política fiscal com objetivos eleitorais.

2.2 MODELO PARTIDÁRIO TRADICIONAL

A abordagem de Hibbs (1977) considera a existência de decisões políticas motivadas por interesses ideológicos. Ele evidencia uma relação de causalidade entre estas decisões e os ciclos econômicos. Neste mesmo modelo, os partidos comprometidos

com ideologias diferentes se comportam de forma distinta, buscando atender os interesses dos grupos aos quais possuem maior ligação ideológica.

Austin, Tjernström e Ballington (2003) consideram que as empresas financiam candidatos mais aderentes aos seus negócios, com o intuito de elegê-los para, posteriormente, exercer influência sobre suas decisões. Por sua vez, Speck e Campos (2021) informam que o setor privado não sustenta vínculos com partidos que coadunam com seus interesses, pois atua de modo mais pragmático, agrupando as doações em partidos que disputam as eleições presidenciais, principalmente no partido que ocupa a presidência.

O modelo de Hibbs considera assim como o modelo oportunista original, que os eleitores levam em consideração apenas o comportamento presente e do passado recente do governante. Esta limitação do eleitor é superada nos modelos que incorporam expectativas racionais.

Nesse contexto, Beck (1982) e Orair e Siqueira (2018) consideram ser perfeitamente possível que dois presidentes de um mesmo partido tenham experiências de governo bastante distintas, na medida em que representam alianças diferentes em períodos diferentes, o que resulta também em diferentes impactos sobre variáveis macroeconômicas. De acordo com Beck, essa qualificação conceitual de partido político é importante para que não se tome como anomalia uma postura específica de um determinado governo, como, num primeiro momento, foi considerado por Hibbs a administração Carter. Posteriormente, ao sugerir que os partidos políticos nos Estados Unidos apresentam diferentes metas em relação ao desemprego, o próprio Hibbs (1977) reconhece, também, a possibilidade de existirem diferenças no impacto provocado por governos de um mesmo partido sobre a economia.

Ideologicamente, tanto os partidos de direita quanto os de esquerda não priorizam a gestão fiscal durante o ciclo político, diferentemente dos partidos de centro, que tendem a ser mais responsáveis tal como enfatizam Bartoluzzio e Anjos (2020). Embora, isso não signifique que a política fiscal seja um desastre, mas percebe-se uma prioridade do pleno emprego para os partidos de esquerda. Os autores supracitados verificaram que a competitividade eleitoral exerce uma influência positiva na qualidade da gestão fiscal, ou seja, quanto mais partidos políticos concorrerem e mais disputada forem as eleições, maior é a atenção do candidato que pleiteia a reeleição.

2.3 MODELO OPORTUNISTA RACIONAL

Rogoff e Sibert (1988) apresentam reformulações do modelo oportunista original, expandindo-o para incorporação e substituição de alguns pressupostos. Substituem as expectativas adaptativas por expectativas racionais, incorporando o fato que os eleitores avaliam a competência do governo com base no conjunto de informações adquiridas a cada período temporal, no entanto, estas informações são defasadas, logo, a avaliação do eleitor é influenciada por informações que não condizem com a situação no momento.

Conforme mencionam Nakaguma e Bender (2010), no Brasil, um caso clássico de choque de competência, é a inauguração de obras às vésperas da eleição. Um governante que planeje uma rodada de inaugurações, em período próximo à eleição, está claramente, tentando sinalizar para os eleitores uma provável competência administrativa.

Em seu estudo, Silva e Freire (2021) identificaram práticas de *accounting gimmicks*, ou seja, artifícios contábeis em anos pré-eleitorais ou de pleito para favorecimento eleitoral por meio da manipulação contábil. Os autores verificaram no modelo a relação positiva em um estudo de 466 no centro-oeste do Brasil uma queda da prática de manipulação contábil no ano posterior ao da eleição demonstrando um comportamento oportunista durante o ciclo eleitoral.

Assim, Alesina, Cohen e Roubini (1992) apresenta um modelo não monetário focado nas despesas governamentais de consumo (ou transferências) e nos investimentos, cuja sinalização toma a forma de aumentos pré-eleitorais nas despesas de consumo e transferências imediatamente visíveis, e de cortes nas despesas de investimentos, conforme corroborado por Sakurai (2009) e Silva e Freire (2021). Alesina, Cohen e Roubini (1992) argumentam que, embora a queda no investimento seja nociva à produtividade e à eficiência, estes resultados são observáveis pelos eleitores apenas posteriormente, o que possibilita o surgimento de ciclos orçamentários por meio de distorções na alocação de recursos entre os programas de gastos públicos.

2.4 MODELO PARTIDÁRIO RACIONAL

Esse modelo pressupõe que as expectativas sobre a inflação e a política monetária são baseadas na média das políticas que, espera-se, que sejam seguidas pelos partidos uma vez eleitos, de forma que a possibilidade de vitória de um ou outro partido faz com que as previsões não sejam suficientemente boas para evitar surpresas. No entanto, estas surpresas não perpassam todo o mandato eletivo, desaparecendo tão logo os eleitores ajustem as suas expectativas (ALESINA; ROUBINI, 1990).

Neste contexto, a economia é caracterizada pelo aumento nas expectativas, e pressupõe-se a utilização de instrumentos de política fiscal e monetária pelos políticos, de forma que: o governo estimula a demanda agregada antes das eleições, explorando as vantagens de uma curva de Phillips de curto prazo; a atividade econômica sofre um aumento temporário, com uma significativa redução no desemprego; há uma pequena elevação da inflação no período eleitoral; após o período eleitoral, as expectativas se ajustam e a inflação aumenta ainda mais; e os efeitos expansionistas do período anterior são eliminados pela contração da demanda agregada, levando a uma recessão logo após as eleições (FIALHO, 1999; SANTOS; WAKIM; FERNANDES, 2021).

No que tange a gestão fiscal, a influência dos investimentos eleitoreiros os desdobramentos serão visíveis aos eleitores apenas no primeiro ano de mandato, o que em geral é possível reequilibrar nos anos seguintes, possibilitando um desempenho fiscal favorável aos olhos dos eleitores. Ao comparar prefeitos de primeiro mandato e candidatos à reeleição, com prefeitos de segundo mandato que não concorrem à reeleição Klein e Sakurai (2015) verificaram que os prefeitos que concorrem à reeleição alteram a composição do orçamento em anos eleitorais, aumentando os tipos de gastos que são mais visíveis e presumivelmente mais atraentes para os eleitores, mas como estão ao mesmo tempo sujeitos a restrições institucionais política fiscal, conseqüentemente mantém um equilíbrio fiscal controlado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção tem-se todos os procedimentos utilizados nessa pesquisa empírica, de modo que possa respaldar em conjunto com a fundamentação teórica os resultados estimados por meio de ferramentas estatísticas.

3.1 COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados junto a Secretaria do Tesouro Nacional referentes as Receitas e Despesas dos Municípios (FINBRA). Esses dados secundários completos abrangem 395 municípios do Estado do Paraná no período compreendido entre 2017 e 2019. Os valores políticos forma extraídos a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não se levando em consideração o período de reeleição do candidato ou mesmo o partido político ter permanecido no cargo eletivo.

Visando reduzir algum tipo de viés em relação aos maiores municípios pesquisados, optou-se por dividir as despesas com Pessoal e despesas com Investimentos

pela População de cada município, sendo utilizado na pesquisa os valores relativos de cada variável.

Assim, no que se refere às despesas analisadas com Pessoal e Investimentos, pode-se defini-las como sendo:

- a) Despesas com Investimentos: segundo Bezerra Filho (2005) referem-se às aplicações diretas em programas que visam o desenvolvimento ou aprimoramento dos serviços prestados pelo Estado tais como planejamento e execução de obra, a partir de construções, inclusive a aquisição de terrenos para tal fim e aquisição de materiais novos, tais como aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou outras entidades que impliquem aumento do Produto Interno Bruto (PIB);
- b) Despesas com Pessoal: são de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança dentro da administração pública, do provento de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidente sobre a folha de salários, contribuições, adicionais e outros direitos remuneratórios pertinentes a este grupo da despesa.

Salienta-se que, na ausência dos dados orçamentários de alguns municípios, referente a pelo menos um ano no decorrer do período de estudo, os municípios tiveram seus nomes excluídos da amostra por ausência dos dados foram: Godoy Moreira, Rancho Alegre, Jataizinho e Jundiá do Sul.

Nesse contexto, procurou-se vincular os gastos da administração pública que são as variáveis dependentes, ao ano que se divide em pré-eleitoral (ano de 2017), pós-eleitoral (ano de 2019) e eleitoral (ano de 2018), como variáveis independentes. Caso sejam detectadas variações que ratifiquem a existência de ciclos políticos, isso pode ser visto em quais despesas sofrem mais influência (aumentando ou diminuindo), frente ao ano que formou o ciclo eleitoral.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa, descritivo e relacional dado que utiliza de métricas de cunho estatístico com o objetivo de desvendar o efeito que o ciclo eleitoral exerce sobre as variáveis orçamentárias.

Nas visões de Selltiz (1967) os estudos de caráter descritivos, tal como o presente artigo referem-se: “aqueles que apresentam precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico”. Ademais, o artigo se baseou na busca por evidências

que avalie o impacto dos ciclos políticos em variáveis orçamentárias nos 395 municípios do estado do Paraná.

Gil (2017) também menciona que as pesquisas de natureza descritiva têm como principal objetivo a descrição de características acerca de determinada população, ou mesmo fenômeno visando estabelecer as relações entre as variáveis a serem estimadas pela técnica de análise de regressão com dados em painel.

3.3 O MODELO ECONOMÉTRICO E HIPÓTESE

Para tratar os dados coletados, utiliza-se como método de análise a técnica de regressão linear, onde considerou-se o efeito das variáveis dicotômicas (ano do ciclo eleitoral) como variáveis independentes sobre cada despesa (pessoal e investimento) que seriam as variáveis independentes.

O modelo a ser estimado tem o objetivo de investigar o efeito temporal do calendário eleitoral sobre as variáveis contábeis de despesas com pessoal e investimentos dos municípios paranaenses, com dados longitudinais. Assim, a forma funcional adotada é a linear para avaliar o efeito do calendário eleitoral sobre os gastos realizados pelas prefeituras do estado do Paraná, sendo estimadas 2 regressões lineares.

Pode-se descrever o modelo econométrico na sua forma logarítmica a ser estimado para as duas regressões lineares (1) e (2), tal como pode ser visto a seguir:

$$\text{LogDP}_{it} = \beta_0 + \beta_1\text{PréEleit} + \beta_2\text{Eleit} + \beta_3\text{PósEleit} + \varepsilon_i \quad (1)$$

e

$$\text{LogDI}_{it} = \beta_0 + \beta_1\text{PréEleit} + \beta_2\text{Eleit} + \beta_3\text{PósEleit} + \varepsilon_i \quad (2)$$

Onde “t” refere-se a cada período individualmente: 2017, 2018 e 2019, enquanto o “i” diz respeito aos municípios paranaenses pertencentes à base de dados. “LogDP” refere-se ao logaritmo das despesas com pessoal e “LogDI” diz respeito ao logaritmo das despesas com investimento. “Eleit” refere-se ao ano eleitoral; “Pré-Eleit” refere-se ao período pré-eleitoral e “Pós-Eleit” diz respeito ao período pós-eleitoral. Os valores a serem estimados dos parâmetros β_0 , β_1 , β_2 e β_3 são os parâmetros a serem estimados. No que tange às variáveis dummies “Eleit”, “Pré-Eleit” e “Pós-Eleit”, assume o valor igual a 1 no ano de ocorrência da eleição e o valor zero naquele ano em que não ocorreu.

O modelo econométrico denotado anteriormente se baseia no trabalho descrito por Klein e Sakurai (2015) onde mencionam que o mandato eleitoral é um fator determinante para a ocorrência dos ciclos político-orçamentário. Os resultados do seu estudo mostram que existem diferenças fiscais significativas entre os prefeitos que estão no primeiro e segundo mandato. Eles perceberam que no ano eleitoral, os prefeitos em seu primeiro mandato alteram a composição da despesa pública em direção aos gastos de capital, especialmente os investimentos, e reduzem as despesas correntes. Baseado nessas evidências, esperava-se que o mandato eleitoral influenciasse de forma significativa a dinâmica das despesas públicas nos estados brasileiros. Assim, a hipótese de pesquisa formulada nessa pesquisa e denotada como (H0) está amparada nos achados de (DRAZEN; ESLAVA, 2010; QUEIROZ, 2015; SAKURAI, 2009; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; STREB; TORRENS, 2013; VEIGA; VEIGA, 2007; VEIGA *et al.*, 2006).

H0: O mandato eleitoral não exerce influência sobre os gastos públicos dos municípios paranaenses.

Notadamente que diferentes categorias de despesas possuem também efeitos diferenciados sobre a votação, bem como o partido político que está no poder que acaba se beneficiando com as despesas seletivas. Além dos trabalhos realizados no Brasil por Nakaguma e Bender (2010), Vicente e Nascimento (2012) e Klein e Sakurai (2015) onde constataram que a presença de manipulação oportunista se concentra nos investimentos, eles evidenciaram um relacionamento positivo entre os investimentos e o desempenho eleitoral dos gestores públicos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa seção tem por objetivo evidenciar os resultados oriundos da coleta dos dados que foram processados por meio dos softwares xlstat, SPSS e Statistica for Windows. A premissa desse trabalho tem como base a ideia de que a elevação dos gastos públicos pode ser percebida pelos eleitores tanto como uma tentativa de sinalizar competência quanto como uma evidência de oportunismo por parte dos governantes.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

O objetivo dessa subseção é trazer ao leitor uma análise descritiva dos dados coletados acerca das variáveis chave para a análise dos anos ciclos políticos orçamentários no período denotado entre 2017 e 2019.

A Tabela 1 retrata as estatísticas descritivas mais usuais *per capita*, a saber: valores máximo e mínimo, média, desvio padrão, assimetria anualmente.

Tabela 1. Estimativa das estatísticas descritivas das despesas *per capita*

Ano	Variáveis	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)	Média (R\$)	Desvio Padrão (R\$)
2017	Despesas Pessoal + Encargos	21,62	223.012,87	4.255,69	14.887,49
	Despesas Investimentos	1,60	21.517,45	534,72	1.404,42
2018	Despesas Pessoal + Encargos	22,71	232.120,51	4.566,79	16.010,78
	Despesas Investimentos	0,00	33.091,91	969,33	2.199,14
2019	Despesas Pessoal + Encargos	429,09	9.721,17	2.101,48	845,80
	Despesas Investimentos	38,26	1.933,16	449,53	330,50

Fonte: Os autores (2022)

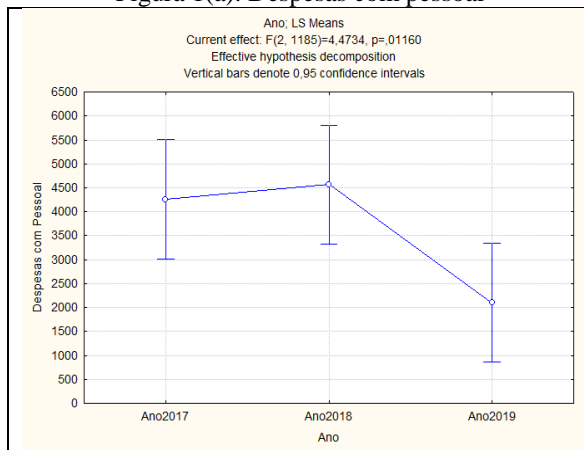
Ao avaliar as estatísticas descritivas dispostas na Tabela 1, percebe-se que no ano 2017, caracterizado como ano pré-eleitoral, a despesa *per capita* com pessoal + encargos dos municípios paranaenses que corresponde ao pagamento de despesas com pessoal e encargos do poder executivo onde obteve um valor mínimo igual a R\$ 21,62 e valor máximo de R\$ 223.012,87. O valor médio desse mesmo ano de 2017 foi igual a R\$ 4.255,69, enquanto o desvio padrão amostral foi igual a R\$ 14.887,47. No ano de 2018, denotado como ano eleitoral, as despesas *per capita* com pessoal obtiveram um valor médio dessas despesas igual a R\$ 4.566,70, o que representa um acréscimo de 7,31% nos gastos com pessoal no executivo dos municípios. A variabilidade dessa despesa foi igual a R\$ 16.010,18, mensurada pelo desvio padrão. No ano de 2019 que se refere ao período pós-eleitoral, tem-se um valor médio *per capita* das despesas *per capita* com pessoal no executivo dos municípios na ordem de R\$ 2,101,48 obteve uma queda considerável de 53,98% nessas despesas, após a realização das eleições.

Ao observar as despesas com investimentos no ano pré-eleitoral de 2017, o seu valor médio *per capita* foi de R\$ 534,32, enquanto no ano eleitoral de 2018 o valor dessa mesma despesa foi igual a R\$ 969,33, isto é, houve um aumento na ordem de 81,28% no ano das eleições. Perceba ainda que após a ocorrência das eleições, isto é, no ano de 2019, houve uma redução brusca nesse mesmo dispêndio na ordem de 53,62% em sua média *per capita*, quando comparado ao ano anterior.

Avaliou-se ainda se houve diferenças estatisticamente significativas entre os gastos apresentados na Tabela 1, nos três anos avaliados dos mandatos exercidos pelos

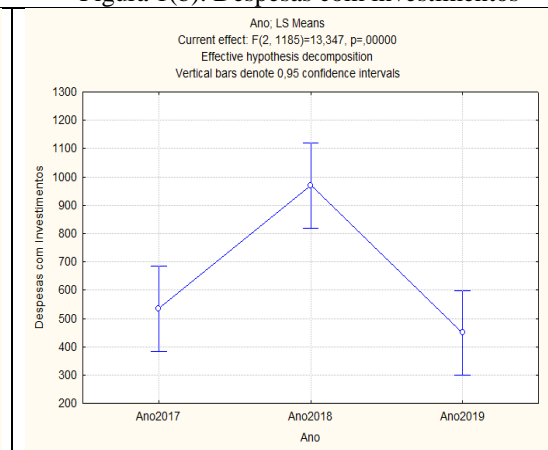
dos prefeitos paranaenses, valendo-se da estatística de Análise de Variância (ANOVA). Os resultados auferidos para a estatística de ANOVA encontra-se auferidos nas Figuras 1(a) e 1(b), respectivamente.

Figura 1(a). Despesas com pessoal



Fonte: Os autores (2022)

Figura 1(b). Despesas com investimentos



Fonte: Os autores (2022)

Observe por meio da Figura 1(a) a rejeição da hipótese nula de que não existem evidências em termos de diferenças significativas entre as médias das despesas com pessoal entre os anos investigados, dado que o valor de probabilidade foi menor que o nível de significância de 0,05 ($p = 0,0116$). Perceba, por meio do teste DHS de Tukey, que o ano de 2017 (pré-eleitoral) e o ano de 2019 (pós-eleitoral) apresentaram diferenças significativas, bem como o ano de 2018 (eleitoral) e o ano de 2019 (pós-eleitoral) apresentaram diferenças significativas entre esses dois períodos. Analogamente, na Figura 1(b) tem-se o valor da estatística de ANOVA, onde evidencia-se um valor de probabilidade menor que o nível de significância de 0,05 ($p = 0,0000$). Logo, tem-se a rejeição da hipótese nula de que não existem evidências sobre diferenças significativas entre as médias das despesas com investimentos nos anos investigados. O teste de DHS de Tukey apresentam uma súbita elevação do ano de 2017 (pré-eleitoral) ao comprara com o ano de 2018 (eleitoral), enquanto houve diferenças entre o ano de 2018 (eleitoral) e o ano de 2019 (pós-eleitoral). Para detalhar a influência do ano eleitoral sobre as variáveis dependentes despesas com pessoal e investimentos à luz da teoria reportada na sub-seção 3.3, busca-se estimar as regressões denotadas em (1) e (2), por meio do método dos mínimos quadrados ordinários.

4.2 ESTIMATIVA DO MODELO ECONOMÉTRICO PARA AVALIAR O EFEITO DOS ANOS ELEITORAIS

Essa seção tem por objetivo apresentar as estimativas do modelo econométrico evidenciado nas equações (1) e (2), valendo-se do modelo regressão linear múltipla, por meio do método linear de estimação de mínimos quadrados ordinários. Os valores estimados dos parâmetros para a equação denotada em (1) para as despesas com pessoal visam testar a validade da hipótese de pesquisa e podem ser evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2. Parâmetros padronizados (Despesas Pessoal)

Anos Eleitorais	Parâmetros	Erro padrão	t-student	Pr > t	Limite inferior (95%)	Limite superior (95%)
Ano2017	0,186	0,028	6,704	< 0,0001	0,132	0,241
Ano2018	0,200	0,028	7,194	< 0,0001	0,146	0,255
Ano2019	0,092	0,028	3,311	0,001	0,038	0,147

F = 35,888 (valor-p < 0,0001)

Fonte: Os autores (2022)

Com base nos resultados dispostos na Tabela 2, percebe-se por meio da estatística F-Fischer que a mesma apresentou um valor igual a 35,888 e valor de probabilidade a ela associado menor que 0,0001, o que leva a rejeição da hipótese de que os coeficientes avaliados em conjunto sejam iguais a zero, o que se traduz pela existência de regressão. Ao relacionar o resultado apresentado na tabela anterior com a hipótese de pesquisa, a qual afirma que o mandato eleitoral não exerce influência sobre os gastos públicos dos municípios paranaenses, percebeu-se que tal hipótese foi rejeitada, considerando um nível de significância de 5%.

Ressalta-se ainda que ao avaliar as magnitudes das estatísticas t-student associados aos parâmetros estimados, o ano de 2018 (ano eleitoral) foi aquele que apresentou maior valor associado às despesas com pessoal e encargos. Esse resultado coaduna com os achados desenvolvidos por Queiroz, Sousa e Moraes (2019), onde mostram que os gestores gastam um percentual de despesas com pessoal mais encargos nos anos onde não se evidenciam ainda as eleições e aumentam esses gastos de maneira significativa nos períodos das eleições municipais.

Os parâmetros estimados para a equação denotada em (2) para as despesas com investimentos visam testar a validade da hipótese de pesquisa e podem ser evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3. Parâmetros padronizados (Despesas Investimentos):

Anos Eleitorais	Parâmetros	Erro padrão	t-student	Pr > t	Limite inferior (95%)	Limite superior (95%)
Ano2017	0,185	0,026	7,007	< 0,0001	0,133	0,237
Ano2018	0,336	0,026	12,703	< 0,0001	0,284	0,388
Ano2019	0,156	0,026	5,891	< 0,0001	0,104	0,208

F = 81,720 (valor-p < 0,0001)

Fonte: Os autores (2022)

Observe na Tabela 3 que o valor da estatística F-Fischer foi igual a 81,720, além de um valor de probabilidade a ela associado menor que 0,0001, o que se traduz na rejeição da hipótese de que os coeficientes avaliados de maneira conjunta sejam iguais a zero, ou seja, existe a relação funcional estimada. Ao relacionar o resultado apresentado na Tabela 3 com a hipótese de pesquisa em que afirma que o mandato eleitoral não exerce influência sobre os gastos públicos dos municípios paranaenses, percebeu-se que essa hipótese foi rejeitada, considerando um nível de significância de 5%.

Ao avaliar as magnitudes dos parâmetros estimados por meio das estatísticas t-student associados, mais uma vez o ano de 2018 (ano eleitoral) foi aquele que apresentou maior valor associado às despesas com investimentos. Esse resultado mais uma vez coaduna com o encontrado no estudo de Brender e Drazen (2005) e Queiroz (2015), os quais mostram que os gestores elevam os investimentos *per capita* no ano em que ocorre a eleição municipal, no caso deste estudo, o ano de 2018, reduzindo esses gastos no ano seguinte.

Nesse sentido, pode-se constatar um comportamento oportunista dos gestores municipais paranaenses, dado que no ano que precede a eleição municipal em 2017, os investimentos saem de um nível menor para um maior nível no ano da eleição em 2018. O resultado constatado anteriormente ainda é relatado nos trabalhos descritos por Drazen e Eslava (2010); Queiroz (2015) e Veiga e Veiga (2007), onde esses autores chegaram a constatação de que os gastos maiores com investimentos aumentam também a probabilidade de recondução ao cargo de gestor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal inspiração teórica desse estudo se encontra na chamada Teoria dos Ciclos Políticos, desenvolvida e testada em diversos trabalhos acadêmicos, conforme já citado no referencial teórico. Segundo a teoria, é esperado que haja repetição periódica,

ou flutuações periódicas na economia, de ações visando beneficiar os atores políticos envolvidos.

Temos basicamente 4 tipos de Ciclos Políticos, onde o modelo Oportunista Tradicional, se vale da miopia do eleitor, provocando melhorias temporárias no ano eleitoral, que irá refletir negativamente no ano pós-eleitoral como reduções fiscais que aumentam as vendas, gerando mais empregos, em contrapartida têm-se um aumento na inflação, a qual o governo procura retardar para depois do pleito eleitoral. Há também o modelo Oportunista Racional, no qual o eleitor tem uma racionalidade e acompanha os dados gerados pelo político, mas devido a uma defasagem nas informações geradas pelo governo, o eleitor acaba tomando a decisão com informações distorcidas. Existe ainda o modelo Partidário Tradicional que possui os partidos de esquerda e direita, com pensamentos bem distintos, com objetivos já declarados. Por fim tem-se o modelo Partidário Racional, que em função da macroeconomia, aliado às alianças feitas na época eleitoral, tende a buscar o que lhe parece o melhor cenário, deixando de lado as diretrizes do partido pelo qual foi eleito.

A dúvida a respeito da possível incompatibilidade, entre a maximização da satisfação pessoal dos políticos e a maximização do bem-estar social, buscando uma política que satisfaça ambas as partes, assim como a busca por explicação adicional para as flutuações econômicas geradas pelas decisões dos gestores no poder motivou a realização desta pesquisa.

Assim, o presente estudo teve como objetivo verificar o efeito do ano eleitoral nos gastos públicos nos municípios do Paraná no período compreendido entre 2017 e 2019. Após fundamentação teórica no assunto que trata dos ciclos políticos e as despesas governamentais, o estudo econométrico dos dados relevantes não rejeita a hipótese de ter havido manipulações eleitorais sistemáticas, entre 2017 e 2019. Por meio das análises realizadas, foi possível verificar que no decorrer dos anos pré-eleitorais, eleitorais, pós-eleitorais houve redução nas despesas com pessoal; e, um aumento nas despesas com investimento. Em outras palavras, a pergunta de pesquisa foi respondida ao confirmar a influência do ano eleitoral nos gastos públicos dos municípios do Paraná no período estudado.

Como limitações da pesquisa, podem-se elencar: o recorte temporal de 3 anos, que contemplou apenas um ciclo político; e a abrangência, que envolveu todos os municípios com dados disponíveis de um estado da federação.

Neste sentido os resultados deste estudo podem ser pensados como subsídios adicionais aos debates sobre os gastos públicos e ainda a abordagem sugere novos avanços na pesquisa, considerando que a ideologia do governo é representada pelo partido do governador, no entanto, há uma coligação que o elegeu e possivelmente uma coligação mais ampla para que se mantenha a governabilidade. Nesse sentido sugere-se uma pesquisa sobre o impacto que as alianças políticas possuem no comportamento do gasto público. Sugerem-se também estudos envolvendo um intervalo temporal maior, de modo a contemplar mais de um ciclo político e outras unidades federativas.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Burton A; IOSSIFOV, Plamen. Does the Fed Contribute to a Political Business Cycle?. **Public Choice**, [s. l.], v. 129, n. 3/4, p. 249–262, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25487596>.

AKERMAN, JOHAN. POLITICAL ECONOMIC CYCLES. **Kyklos**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 107–117, 1947. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6435.1947.tb00420.x>.

AKHTARI, Mitra; MOREIRA, Diana; TRUCCO, Laura. Political Turnover, Bureaucratic Turnover, and the Quality of Public Services. **SSRN Electronic Journal**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://www.ssrn.com/abstract=2538354>.

ALESINA, Alberto; COHEN, Gerald D.; ROUBINI, Nouriel. MACROECONOMIC POLICY AND ELECTIONS IN OECD DEMOCRACIES. **Economics and Politics**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1–30, 1992. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0343.1992.tb00052.x>.

ALESINA, Alberto; ROUBINI, Nouriel. Departnt of Enics N ani cE. [s. l.], n. 3478, 1990.

AUSTIN, Reginald; TJERNSTRÖM, Maja; BALLINGTON, Julie. **Funding of Political Parties and Election Campaigns**. [S. l.: s. n.], 2003.

BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva de Sá; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos. Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 167–180, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552020000200167&tlng=pt.

BECK, Nathaniel. Parties, Administrations, and American Macroeconomic Outcomes. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 76, n. 1, p. 83–93, 1982. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/article/parties-administrations-and-american-macroeconomic-outcomes/AB7D213CEF43A82480CAD3C88F4D369A>.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 300 questões**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2005.

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. How Do Budget Deficits and Economic Growth Affect Reelection Prospects? Evidence from a Large Cross-Section of Countries. In: , 2005, Cambridge, MA. **NBER WORKING PAPER SERIES**. Cambridge, MA: [s. n.], 2005. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11862.pdf>.

BURNETT, Craig M.; KOGAN, Vladimir. The Politics of Potholes: Service Quality and Retrospective Voting in Local Elections. **The Journal of Politics**, [s. l.], v. 79, n. 1, p. 302–314, 2017. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/688736>.

CORVALAN, Alejandro; COX, Paulo; OSORIO, Rodrigo. Indirect political budget cycles: Evidence from Chilean municipalities. **Journal of Development Economics**, [s. l.], v. 133, p. 1–14, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0304387818300014>.

CRISPIM, Gilberto *et al.* CICLO ORÇAMENTÁRIO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/570>.

DI PIETRO, M.S.Z. **Parcerias na administração pública**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, M.V.B. **Dias, M. V. B. (2017). Does information on school quality affect voting? Evidence from Brazil. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)**. 2017. - PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [s. l.], 2017.

DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 135–150, 1957. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/257897>.

DRAZEN, Allan. **The political business cycle after 25 years**. [S. l.: s. n.], 2000-. ISSN 08893365.v. 15

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. **Journal of Development Economics**, [s. l.], v. 92, n. 1, p. 39–52, 2010. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/RePEc:eee:deveco:v:92:y:2010:i:1:p:39-52>.

FIALHO, Tânia Marta Maia. Ciclos políticos: uma resenha. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 19, n. 2 SE-, p. 131–149, 1999. Disponível em: <https://centrodeeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/1060>.

FREY, Bruno; LAU, Lawrence J. Towards a mathematical model of government behaviour. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, [s. l.], v. 28, n. 3–4, p. 355–380, 1968. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/BF01322891>.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017-. ISSN 85-224-3169-8.

GIONEDIS, Edgar Marcel; GUIMARÃES, Raquel. Political-Economic Cycles: an analysis of public expenditures of the State of Paraná between 2003–2013. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, [s. l.], v. 37, n. 131, p. 177–198, 2016.

GUERRA, Daniel; PAIXÃO, Adriano Nascimento da; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia. Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-2013. **Dados**, [s. l.], v. 61, n. 3, p. 695–734, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000300695&tlng=pt.

HIBBS, Douglas A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifider/S0003055400269712/type/journal_article.

HOPLAND, Arnt O. Voter information and electoral outcomes: the Norwegian list of shame. **Public Choice**, [s. l.], v. 161, n. 1/2, p. 233–255, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24507524>.

KALECKI, M. KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. . Vol. 7, págs. 322-31. 1943. **Political Quarterly**, [s. l.], v. 7, p. 322–331, 1943.

KLEIN, Fabio Alvim. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 283–337, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200006&lng=en&tlng=en.

KLEIN, Fabio Alvim; SAKURAI, Sergio Naruhiko. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 37, p. 21–36, 2015. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0176268014001013>.

LINDBECK, Assar. Stabilization Policy in Open Economies with Endogenous Politicians. **The American Economic Review**, [s. l.], v. 66, n. 2, p. 1–19, 1976. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1817192>.

MITSOPOULOS, Michael; PELAGIDIS, Theodore. Vikings in Greece: Kleptocratic interest groups in a closed, rent-seeking economy. **Cato Journal**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 399–416, 2009.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 3–24, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402010000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

NORDHAUS, William D. The Political Business Cycle. **The Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2296528>.

ORAIR, Rodrigo Octávio; SIQUEIRA, Fernando de Faria. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 939–969, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000300939&lng=pt&tlng=pt.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros**. 2015. - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19215>.

QUEIROZ, D. B.; SOUSA, R. G.; MORAES, L. M. F. Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Uma Análise em Municípios Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 77–90, 2019.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 1–16, 1988.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 39–58, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000100002&lng=pt&tlng=pt.

SAKURAI, Sérgio Naruhiko; MENEZES-FILHO, Naercio A. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, [s. l.], v. 148, p. 233–247, 2011.

SANTOS, Pedro H. P dos; WAKIM, Vasconcelos R.; FERNANDES, Cinthia I. P. Ciclos Políticos Eleitorais: Há Influência das Eleições Municipais sobre a Execução Orçamentária dos Municípios Mineiros?. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 239–255, 2021.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: USP, 1967.

SILVA, Nilton Oliveira da; FREIRE, Fátima de Souza. GASTOS SOCIAIS E ACCOUNTING GIMMICKS: UMA PERCEPÇÃO DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO. **Contabilidade Vista & Revista**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 218–246, 2021. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/5976>.

SPECK, Bruno Wilhelm; CAMPOS, Mauro Macedo. Questionando a tese da cartelização: o financiamento das organizações partidárias no Brasil (1998-2016). **Opinião Pública**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 923–959, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762021000300923&tlng=pt.

STREB, Jorge M.; TORRENS, Gustavo. Making rules credible: divided government and political budget cycles. **Public Choice**, [s. l.], v. 156, n. 3–4, p. 703–722, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11127-012-9923-2>.

TUFTE, Edward. **Political Control of the Economy**. [S. l.]: Princeton University Press, 1978-. ISSN 0145-5532. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/article/edward-tufte-political-control-of-the-economy-princeton-nj-princeton-university-press-1978-168-pp-1000/3313F655A52A6ECA4214D15735375368>.

VASCONCELOS, Rafael Divino de; FERREIRA JÚNIOR, Sílvio; NOGUEIRA JUNIOR, Reginaldo Pinto. A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. **Economia Aplicada**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 325–354, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

VEIGA, Tients F *et al.* PARAMETERS AND PREGNANCY OUTCOME IN ART PA-. [s. l.], v. 86, n. September, p. 448–449, 2006.

VEIGA, Linda G.; VEIGA, Francisco José. Does opportunism pay off?. **Economics Letters**, [s. l.], v. 96, n. 2, p. 177–182, 2007.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: Um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [s. l.], v. 6, n. 14, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/45402>.